

## A afetividade como estratégia metodológica: transgredir para (re)existir

ROSANGELA APARECIDA HILÁRIO\*

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar de que maneira trajetórias assimétricas, em função das desigualdades sociais agravadas por um processo de escravização que não se encerra, é impactado pela afetividade mediada pela dororidade em acadêmicas negras, ou seja, como ser pobre (classe), preta (raça) e mulher (gênero) impacta os espaços (não) ocupados por mulheres pretas na academia e como são impactadas, ou não, pelo aquilombamento com/por referências de outras mulheres negras. A proposta se estrutura sobre os conceitos de decolonialidade e interseccionalidade em Gonzalez (2020), Vergé (2020), Cesaire (2020) Hooks (2017; 2019) e Carneiro (2019), a ressignificação do conceito de aquilombamento a partir dos estudos de Abdias Nascimento e dororidade em Vilma Piedade (2020). Foram utilizadas metodologias combinadas com o propósito de traduzir as violências que circundam o processo de escolarização com inspiração na autoetnografia, as escrituras para traduzir a articulação de saberes e a exposição dialogada para dar conhecimento/fortalecer referencial teórico. Até o momento as conclusões a que se permite chegar são de que ter professoras negras encoraja, fortalece e amplia percursos de acadêmicas negras.

**Palavras-chave:** Afetividade; Transgredir; Feminismo Negro; Decolonialidade; Dororidade.

**Affectivity as a methodological strategy: transgress to (re)exist**

**Abstract:** This article aims to analyze how asymmetrical trajectories, due to social inequalities aggravated by a process of enslavement that does not end, are impacted by affectivity mediated by pain in black academics, that is, how to be poor (class), black (race) and woman (gender) impacts the spaces (not) occupied by black women in the academy and how they are impacted, or not, by the acquisition with/by references of other black women. The proposal is structured on the concepts of decoloniality and intersectionality in Gonzalez (2020), Vergé (2020), Cesaire (2020) hooks (2017; 2019) and Carneiro (2019), the redefinition of the concept of aquimbamento from the studies of Abdias Birth and pain in Vilma Piedade (2020). Combined methodologies were used with the purpose of translating the violence that surrounds the schooling process with inspiration in autoethnography, the writings to translate the articulation of knowledge and the dialogued exposition to provide knowledge/strengthen the theoretical framework. So far, the conclusions reached are that having black female professors encourages, strengthens and expands the paths of female black academics.

**Key words:** Affectivity; Transgress; Black Feminism; Decoloniality; Painfulness



\* ROSANGELA APARECIDA HILÁRIO é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação/UNIR/Porto Velho. Professora do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia. Membro do Comitê Executiva da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas e Líder do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde.



**Introdução: mulher, preta,  
trabalhadora e acadêmica:  
sobrevivendo ao racismo na academia**

Entender as nuances e possíveis leituras da sociedade é fundamental para entender o alcance de conceitos como empatia, desigualdade, diversidade e diferença, dororidade, afetividade e aquilombamento: é sobre eles que se estrutura o percurso de grande parte das acadêmicas negras recém-chegadas a academia em processo não assimilado e nem compreendido pelos corpos brancos que sempre estiveram nos espaços de poder e decisão na Academia. Não se quer mais debater a igualdade, mas o direito de celebrar e transbordar de sentido de humanidade a diversidade, que constitui e enriquece.

Mas, para tanto, é preciso admitir a existência de lugares e espaços em que as narrativas e saberes de mulheres pretas não reverberam. A “abolição” libertou sem preparar, sem permitir sobrevivência fora da subalternidade. Se já foi difícil aos homens negros que gozam do privilégio de terem nascido homens em uma sociedade estruturado sobre a égide do sujeito universal que se espera para as mulheres cujo pós (des) abolição limitou,

desorganizou, apequenou o sentido de existência.

Em tese, o pensamento feminista negro permitiu a ascensão e assunção da mulher negra em espaços para tornar públicos processos de existências que envolvem uma luta constante para avançar, em que se pese o Estado brasileiro ter se organizado para manter ao povo negro como cidadãos e cidadãs de segunda classe. No período pós abolição não foi permitido aos negros professar sua fé, manifestar sua cultura ou existir para fora dos espaços as margens da cidade em que foram/fomos exilados. As favelas brasileiras, os guetos em que a branquitude transbordada de privilégios “reservou” a população negra, sofre com todo tipo de ausências e só se mantém a partir da união de mulheres que resistem para existir.

A dororidade sentimento que irmana mulheres negras se constituiu na afetividade das ausências: a dor de ser preterida. A dor de perder nossos afetos para balas perdidas que só encontram corpos negros. A dor de não ter acesso ao afeto. Não merecer ser cuidada. A dor de não ter direito a alteridade e sentido de pertencimento. A dor de não poder se

comunicar em pretoguês e ter de ser curvar a regras e normas que não nos cabem para poder produzir conhecimento. A dor de não poder referenciar o conhecimento produzido com o pensamento revolucionário de Lélia Gonzalez. A produção científica desenvolvida a partir de territórios eurocêntricos nem sempre cabem em territórios as margens do centro do mundo. Então, dororidade é também a dor de não ser reconhecida como produtora de conhecimento que mereça ser (re) conhecido.

A afetividade como estratégia de transgressão para (re) existir também atravessa minha trajetória de cientista: durante muito tempo acreditei que devia aceitar qualquer coisa em troca de um pouco de afeto e reconhecimento. No amor romântico, na carreira, na relação com colegas e estudantes. Ficar menor para caber e pertencer. A pessoas, sentimentos e espaços. Até o dia em que percebi que não eu não cabia e nem tinha afeto: era útil para projetos que não fiz e não me incluíam. Foi então, que bell hooks (2020) me salvou: o único conhecimento que serve a mulheres negras é o da transgressão das normas, das histórias e até dos dogmas com afetividade e aquilombamento com nossos/nossas iguais.

Gloria Jean Watkins que nunca quis que seu alter ego na academia ficasse maior que sua existência de mulher preta e poeta delimitou e pautou seus espaços de atuação a partir da afetividade como espaço de resistência. É nesta fonte que bebi, bebo e beberei, quero crer, por muito tempo ainda.

Quando podemos nos ver como realmente somos, e nos aceitamos, construímos os fundamentos necessários para o amor-próprio. Todas já ouvimos a máxima: “Se você não se ama, não poderá mais amar

ninguém”. Soa bem. No entanto, é muito comum sentirmos certo grau de confusão ao ouvir essa afirmação. A confusão surge, pois, a maioria das pessoas que pensam não serem dignas de receber amor tem essa percepção porque, em algum momento de sua vida, foi socializada por forças fora de seu controle para ver se indigna de amor. Nós não nascemos sabendo como amar alguém, quer se trate de nós mesmas ou de outra pessoa. (HOOKS, 2020, p.93-94)

Necessário negritar que nós, as mulheres pretas, somos ensinadas a subalternizar nossos sentimentos. Qualquer demonstração de alteridade é interpretada como arrogância e qualquer manifestação de altivez e amor-próprio como arrogância que não cabe as mulheres. Sobretudo, se não for a “outra” do sujeito universal: branco, cis, cristão, heterossexual, homem e rico. Recupera a palavra, produzir conhecimento e compartilha-lo com minhas iguais no início do percurso tem sido ousadia a que meus pares na academia não perdoam: gostariam que eu ficasse como exemplo a ser invocado para aplacar consciências e apaziguar insurgências em busca de ocupação de espaço de quem ousa desafiar ao estabelecido e reivindicar espaço/lugar de decisão e espaço: as meninas embarcadas na universidade em políticas de reparação fortalecidas nos dez primeiros anos do milênio em governos progressistas.

Aqui eu não sou a “Outra”, mas, sim eu própria. Não sou o objeto, mas, o sujeito. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. Nesse sentido eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminedou. (KILOMBA, 2019, p.28)

Amar também é um ato político. Afetividade recebida e demonstrada passa a ser estratégia a ser utilizada para avançar. O que está predeterminado a nós, mulheres pretas, era o amor que sobrava em manifestações de afeto escondidas e envergonhadas. Afeto parecia bem caro e inacessível a mulheres negras. Até que o feminismo negro desorganizou conceitos e corroborou que nem todos os conceitos poderiam ser interpretados da mesma maneira a todas as mulheres. Era preciso que as ausências, inclusive de afeto, pudessem constituir variável a mudar a maneira como o jogo do pertencimento era jogado até então.

O feminismo negro do ponto de vista conceitual é resultado deste processo de resistência para sobrevivência: mulheres cujas pautas não eram contempladas pelo feminismo se organizaram para reivindicar direito a existência, direito reprodutivo, a creches, a ter a importância de sua ancestralidade reconhecida pela sociedade brasileira. Direito ao amor e ao afeto. Direito a dizer não por amor-próprio. Direito de se aquilombar no sentido mais completo de se fortalecer para resistir.

A (des) abolição criou um sistema legal para ratificar a intenção de que pessoas pretas fossem cidadãos/ãs de segunda classe: a primeira Lei de Educação de 1837 excluiu do sistema formal de ensino as pessoas de pele escura, a Lei de Terras de 1850 proibia que tivessem terras e ato contínuo em 1888 com a (des) abolição, as pessoas pretas foram jogadas na rua sem dinheiro, sem emprego, sem escolarização e sem nada. O impacto do dia 14 de maio de 1888 se faz sentir até hoje: causa estranheza uma turma de acadêmicos de medicina formada em maioria por pessoas pretas, um departamento acadêmico com maioria de docentes pretos, um tribunal com maioria de juízes e desembargadores pretos e pretas, embora a população negra

(pretos + pardos) represente mais de cinquenta por cento da população brasileira.

A Lei de Cotas trouxe uma ligeira ascensão nos números de pessoas pretas na academia, mas não o suficiente para naturalizar professores e professoras negras e doutoras pelos corredores de uma universidade como a Universidade São Paulo/USP, por exemplo.

A falta de pessoas negras nos espaços de poder e abundância nos espaços de assujeitamento corrobora essa assertiva: de acordo com dados do portal do MEC (2021) 15,6% dos/das pessoas nos programas de pós-graduação no Brasil, portanto doutores e doutoras, são negras. No começo do século XXI não passavam de 10%. Em contrapartida, segundo dados do mapa do encarceramento no Brasil (2017) sinaliza para o fato de que 64% das pessoas encarceradas no Brasil são negras. O número subiu no último quadriênio 14% para a população negra e decresceu 15% para a população carcerária branca.

Portanto, o racismo enquanto fenômeno estruturalmente concebido como um braço do capitalismo selvagem, se mantém na sociedade brasileira desde sempre em todas as instituições e em múltiplas manifestações. O racismo está manifesto no olhar enviesado que as pessoas de pele escura recebem ao entrar em certos espaços públicos ou privados. Se manifesta por meio da desconfiança gratuita dos seguranças das lojas que rondam as senhoras e crianças de pele escura como se fossem criminosos potenciais. O racismo também se faz presente por meio da língua materna que sendo mestiça e renovada com palavras iorubas, indígenas, nagô, banto entre outras e ainda insiste em ser reconhecida como língua portuguesa e não como língua brasileira. Uma língua que usa características das pessoas para identificar

atributos, conceitos e ações não desejáveis e até mesmo reprováveis: estão aí o denegrir, a ovelha negra, a nuvem negra, entre tantas já conhecidas.

Se para os homens o racismo marca, exaure e desumaniza, as mulheres objetifica, apequena e reduz os sonhos e a esperança: na escola de educação básica meninas pretas são as últimas a serem escolhidas para as brincadeiras, raramente participam do importante ritual de carregar a bolsa das professoras, nunca estão nas listas das mais bonitas da escola e não são as noivas da quadrilha. Quando uma menina branca, gordinha e míope é violentada em seus sentimentos pelos colegas da mesma idade a escola adota ações para combater o *bullying*. Quando uma menina preta, baixinha, gordinha e míope sofre violências tão graves quanto, a escola classifica como “brincadeiras de criança”, e quando muito, lança uma nota de desculpas em letras miúdas, sem proposta de ações de combate ao racismo. Dor de criança branca é combatida. Dor de criança preta é menosprezada, naturalizada.

Como resistem? Buscando suas iguais. Cuidando umas das outras. Buscando professoras e referências que dialoguem com seus medos e suas afetividades. Buscando novas palavras e novas maneiras para se relacionarem e transgredirem regras que não lhes favorece.

Foi necessário Vilma Piedade, em toda sua sabedoria de cientista com escuta da ancestralidade, cunhar um conceito para explicar a irmandade entre mulheres pretas: a Dororidade. A dor das ausências que nos invisibilizam. A dor das perdas que nos matam um pouco por dia em vida e subitamente pelas ausências, pela bala perdida que só encontra carne negra e pelo não agir. A dor de não ser escolhida. A dor dos olhares atravessados. Da objetificação de nossos corpos e banalização da nossa

morte. A dor de não conhecer nossa história e não ter acesso a nossa memória. Dororidade é sentimento que só mulher preta pode sentir porque se origina em dores que os privilégios de nascer branca e não ser incomodada não permite sequer experimentar. A dor de ver Conceição Evaristo, Mestre e Doutora em Teoria Comparada, escritora consagrada em todo mundo não ter reconhecimento pela Academia Brasileira de Letras por ser uma mulher preta retinta.

**Nossos passos vêm de longe: foram, são e precisam ser conhecidos e replicados. Por uma metodologia para produzir conhecimento para todos os corpos**

Temos defendido ao longo de nossa carreira como mulher preta, ativista e acadêmica que nem todas as teorias servem a todos os corpos, nem toda metodologia se propõe a ser replicada em corpos que para existirem precisam criar estratégias de existência. Assim, a ciência inodora, insípida e neutra desejada pelos cientistas replicadores da teoria da ciência universal não se ajusta aos dados que coletamos e vivências que referenciam nossa produção.

Nem tudo que me foi ensinado no processo de formação da cientista serve as pautas que defendo e aos textos que produzo, resultados das incursões por tempos e espaços dos quais a academia não se ocupa e nem tem interesse.

Produzo a partir de minha identidade de mulher preta em parceria com suas iguais: nossa ancestralidade nos municia com os dados e deixamos de ser objeto de pesquisa para adentrar no território que a academia entende como sagrada da produção de conhecimento. O fato de ser afroamerindia., para além da amefricanidade pautada por Lélia Gonzales e ratificada por Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, considero o fato do percurso de constituição da

intelectual em curso se dar nas margens que não enxerga se não for absolutamente necessário ou para produzir narrativas progressistas em espaços “globalizados” de produção de conhecimento: sou da Amazônia, da esquecida e desconhecida Região Norte, na qual o preconceito e o racismo são travestidos de vivências cordiais desde que aceitem a vida possível e não a vida sonhada.

Aliás, mulher preta desiste de seus sonhos para estruturar e consolidar sonhos em que não é incluída: da família, dos pares, da patroa, dos chefes. Sua alteridade e desejos são entendidos como afronte aos privilégios estabelecidos. O texto resultante não é e nem poderia ser asséptico, inodoro e insípido. A produção gerada não é e nem poderia ser compassada, em tom de voz monocórdio como ditam as regras da metodologia científica: o texto não sussurra: grita. Grita inspiradas pelas narrativas das escutas que fazemos em rodas de conversa, na autoetnografia compartilhada e necessário para fortalecer e (quem sabe?) inspirar trajetórias. Nossa escolha metodológica é pautada pela inclusão, pelo protagonismo nas escutas e compartilhamento de estratégias para resistir em espaços que não foram feitos para acomodar gente preta.

Assim, para pautar a resistência precisamos do aquilombamento. Do desvelar do passado por meio de rodas de conversa e escuta. Nossos métodos de produzir ciências têm a ver com cura, com esperar e com a necessidade de ouvir e ser ouvida. Afetividade para pesquisadoras negras é mais do que uma palavra no dicionário: é o que nos impede de resignar com o possível e ousar ao desejado.

Por esse motivo, esse artigo desafia as normas rígidas da academia colonialista e reprodutora das teorias que não são interpretadas a luz de contextos: a

metodologia utilizada para compartilhar esse conhecimento em processo é a autoetnografia. Não é possível ser objetiva e neutra diante de normas que exigem que eu renuncie a minha historicidade e negligencie a escuta dos mais velhos: a história oral e a memória dos anciões ainda são um recurso para refazermos o percurso do Atlântico e tatearmos em busca da identidade perdida. Não sou parda: sou preta. A decolonialidade é a única possibilidade para análise das pautas que defendo e do conhecimento que produzo junto aos meus e as minhas. No plural, indicativo do coletivo, sem o qual nenhum conhecimento tem razão de ser produzido.

O conceito de aquilombamento, ainda que de maneira implícita é muito presente nas produções de mulheres pretas: produzimos no coletivo como estratégia também de expansão e conhecimento dos estudos. Juntamo-nos para ter visibilidade e para pautar ações que permitam que mais mulheres acessem as condições básicas para sair da subalternidade. Literalmente, uma sobe e puxa a outra.

Feita essas considerações sobre nossas escolhas teóricas e metodológicas, passemos a apresentar um texto em produção quase coletiva por cientistas a quem a academia não reconhece os saberes organizados. São propostas seminais que abrem fendas que desejamos que sejam escancaradas para serem reorganizadas de forma a um entendimento de que todo conhecimento deva ser validado para que efetivamente o alcance seja ampliado a favor de avanços sociais. Principalmente feito a partir das escutas de mulheres periféricas e pretas e fortalecidos nos saberes de acadêmica que não renegaram sua ancestralidade para ocuparem espaço e serem referência.

### O afeto como estratégia de resistência

De acordo com o relatório do Portal Brasil, de 2016-2017, o povo negro no Brasil equivale aproximadamente a 55% da população e ocupa os maiores índices de pobreza, os piores postos de trabalho, os bairros mais comprometidos do ponto de vista de equipamentos públicos para a garantia de direitos, as escolas mais comprometidas no que tange ao desenvolvimento de saberes e competências básicas para acessar cidadania.

Para além da problemática racial encontramos ainda a de gênero em razão da cultura patriarcal: subvertendo a palavra meritocracia, apresentam a homens e mulheres, sobretudo as negras, condições desiguais e injustas de desenvolver percursos que valorizem as capacidades individuais e articulem a um projeto/intenções pessoais de desenvolvimento para avanços a favor das comunidades, dos bairros e cidades.

A somatização das opressões sistêmicas de classe, gênero e raça, conforme estudado por Angela Davis, torna-se cada vez mais evidente no Brasil, onde de acordo com a plataforma Inlua/IPEA, na pesquisa dos Retratos das Desigualdades de Gênero 4º Edição, cerca de 4.1 Milhões de famílias são chefiadas por mulheres, e mulheres negras ocupam o terceiro lugar no ranking educacional do país, ficando apenas na frente dos homens negros, contudo elas ocupam a base da pirâmide de pessoas em situação de vulnerabilidade desde sempre.

A mulher negra, a que desde sempre sedimenta sonhos sem ter tempo para sonhar, tem sido ao longo destes últimos 133 anos, desde a (des)abolição, a principal responsável por manter as famílias avançando um pouco a cada geração: não é raro ver mulheres de diferentes gerações se juntando para

financiar um curso “profissionalizante” para os/as mais jovens.

O regime de cotas para acesso as universidades públicas parece ter iniciado uma nova configuração para esses arranjos: as meninas são estimuladas e impulsionadas a permanecer na universidade apesar das dificuldades inerentes a trajetórias assimétricas, acolhidas e se reconhecendo nas/pelas poucas professoras negras que encontram no percurso, se formam, ampliam seu alcance e visão, ingressam na pós-graduação, estimulam as colegas a avançarem e principalmente voltam para os lugares de origem e referenciam por meio de suas trajetórias e novas ações, que outras pessoas acessem a educação superior.

O aquilombamento parece ter encontrado novo significado. Para ocupar um espaço de poder que de fato e de direito, oportunize ter a voz ouvida e as necessidades, quereres, intenções e alteridade é preciso acesso a certas especificidades distantes das mulheres negras, desde muito cedo formadas para ocupar espaços de acomodação ao possível: a escola de educação básica ensina a calar, obedecer e se conformar em não conhecer sua história. A não se ver em espaços para além da subalternidade. Não problematiza a não escolha para as brincadeiras. Não insere o continente Africano na feira das Nações.

A naturalização das noivas das danças das festas serem só meninas brancas e a temática do povo negro só aparecer em épocas datadas (maio e novembro) em situações que causam vergonha e constrangimento: sendo torturados, humilhados e coisificados. No silenciamento da vez de falar que nunca chega as crianças negras fica evidenciado racismo tão naturalizado que é traduzido por “brincadeira de crianças”. A gordofobia é combatida e fruto de

campanhas e preocupação da política pública. O racismo não: nem mesmo as políticas que previam a formação de professoras como estratégia para a proposição de uma educação antirracista.

Considerando que os últimos dez anos têm sido de uma produção pulsante no que tange ao debate sobre como a assunção de meninas negras por meio de políticas de ação afirmativa modificou o cenário das Universidades, da produção de conhecimento e da pesquisa: é fato os contextos sofreram alterações e contribuíram para dar publicidade a pautas necessárias. A assertiva de que ninguém volta para o armário, nem comer em pé na cozinha e muito menos sofrer calado fez que a interseccionalidade fosse ganhando espaço na pesquisa acadêmica.

A reflexão e a assimilação dos acontecimentos na políticas públicas para a inclusão de pessoas pretas no ensino superior, precisa ser feita e entendida a partir da compreensão que os postulados direcionados pela colonialidade do pensamento resistem forte as tentativas de enfraquecê-lo para fazer com que desapareçam: a busca de reparação encontra entre os próprios cientistas um movimento de boicote e resistência espelhado na “boa intenção” de não enfraquecer currículos e formações, e que não se iniciaram hoje, mas se fundiram na cultura e nas perspectivas geradas pelas estruturas do racismo articulada a um pensamento atrasado em compadrio com o colonialismo:

Seria preciso, antes, estudar como a colonização funciona para descivilizar o colonizador, para brutalizá-lo no sentido apropriado da palavra, degradá-lo, despertá-lo para instintos soterrados, cobiça, violência, ódio racial, relativismo moral, e mostrar que toda vez que no Vietnã há uma cabeça decepada e um olho perfurado, e na França se aceita isso, uma menina é estuprada e na

França se aceita isso, um malgarxe torturado e a França aceita isso, há um acréscimo de peso morto na civilização, ocorre uma regressão universal, uma gangrena se instala, um foco de infecção se espalha, e que no final de todos esses tratados violados, todas essas mentiras propagadas, todas essas expedições punitivas toleradas, todos aqueles prisioneiros amarrados e “interrogados”, todos esses patriotas torturados, no final desse orgulho racial estimulado, dessa jactância propagada, existe o veneno incutido nas veias da Europa, e o processo lento, mas seguro, do asselvajamento do continente. (CÈSAIRE, 2020, p.17)

O entendimento do feminismo enquanto movimento de empoderar mulheres para fortalecer famílias, neste sentido, avança a passos lentos na academia na perspectiva de objetos de pesquisas e entendimento do perfil multifacetado das mulheres que compõe a sociedade brasileira. Um passo importante foi efetivado: não há mais o desconforto inicial, como se debater condições similares para seres humanos fosse tema menor, como de todo, toda a temática relacionada aos herdeiros das pessoas escravizadas. Durante muito tempo o usual era aceitar que existiam saberes para serem disseminados, teóricos para serem referências e pessoas para ocupar espaços de poder. Mulheres já eram minorias nestes espaços e mulheres negras eram um acontecimento.

A pesquisa “inspirada” em espaços e contextos totalmente diferente do Brasil mestiço deveria ser apropriada, entendida e reproduzida. Quem não se adequasse não tinha espaço no “olimpico” dos homens brancos e velhos.

Foi assim com a literatura (Isaura heroína do primeiro romance “abolicionista” era branca. Rosa que era a resistência negra era a antagonista), na história (Dandara

era muito mais engajada na luta abolicionista que Zumbi e tinha uma visão ampliada sobre a função social e política do Quilombo. Mas, os historiadores não estavam preparados para essa conversa), no panteão de pessoas a quem se deve reverenciar (Tereza de Benguela tornou o Quilombo de Quariterê mais próspero do que Palmares). Homens se apropriam de conceitos e teorias e os interpretam a luz de seus interesses misóginos. O próprio Movimento Negro só recentemente reconhece em Lélia Gonzales, Tereza Santos, Helena Teodoro, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro lideranças fundamentais na luta antirracista.

Mas, o feminismo que chegou à Academia ainda exclui uma parcela considerável de mulheres pobres e trabalhadoras das pautas a que se propõe debater. Estão fora do feminismo “acadêmico” o próprio direito de debater das mulheres trabalhadoras: os horários dos grupos de estudos, a produção da pesquisa, exige uma carga horária que somada ao tempo dedicado para prover sua sobrevivência, inviabiliza participação.

Vamos começar pensando sobre o trabalho, que é um verdadeiro problema de gênero. Não temos muito apoio filosófico para falar disso, pois poucas vezes os filósofos se preocupam em entender o lugar do trabalho na vida das mulheres. Foram as mulheres, sobretudo as feministas que tiveram a condição feminina, as que conseguiram transformar em tema de análise o trabalho das mulheres. [...] Ainda na infância, quando eu passava em frente à casa da professora e a via limpando o local onde morava, a criança que eu era estranhava que fosse possível que a própria professora conseguisse estar na escola conosco e também fazer o serviço de casa, como minha mãe e outras mulheres que não eram professoras na escola. A jornada dupla de trabalho entre a escola e a

casa estava ali, exposta aos meus olhos de menina. (TIBURI, 2018, p. 13,21)

O racismo estrutural é outro tema, que por causar desconforto, pouco ou nada se faz presente nas discussões acadêmicas: o que se ouve entre as mulheres negras que conseguem estourar os cadeados que as separam do “olimpico” eurocêntrico, velho e masculino ambiente acadêmico não lhes garante lugar e tempo de fala.

As narrativas das pesquisadoras negras são similares: ter acesso as boas instituições, falar mais de um idioma, compartilhar pesquisa com interlocutores externos e ter passado por sucessivos testes não garantem linearidade na conquista e assunção no reconhecimento acadêmico.

Não excepcionalmente, têm seu sacrifício pessoal e familiar para avanços, diminuídos e utilizados para justificar uma “meritocracia” individualista e falsa. Porque o próprio conceito de empoderamento traz em si a ideia de coletivo. O projeto de poder/para o poder é sempre realização coletiva de um grupo, em favor de um coletivo. Ninguém se auto empodera para se tornar celebridade, para alçar cargos e funções para benefício próprio. O conceito de empoderamento está ligado diretamente ao conceito de representatividade.

A síntese do poder a ser desenvolvido no processo de empoderamento ressignificado pelas diversas teorias do Feminismo Negro e Interseccional. Diferentemente do que propuseram muitos dos seus teóricos, o conceito de *empoderamento* é instrumento de emancipação política e social e não se propõe a “viciar” ou criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre indivíduos, tampouco traçar regras homogênea de como cada um pode contribuir e atuar

para a luta dentro dos grupos minoritários.

Empoderar, dentro das premissas sugeridas é, antes de mais nada, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da história. Esse entendimento é um dos escudos mais eficientes no combate a banalização e esvaziamento de toda a teoria construída e de sua aplicação como instrumento de transformação social. (BERTH, 2018, P.14; 16)

Esse texto é sobre veias abertas que sangram sem que se pare a hemorragia; foi organizado a partir de vivências, experiências, narrativas etnográficas e autoetnográficas, leituras e aprofundamentos nos estudos interseccionais e decoloniais, formulados pelo aquilombamento de ideias, estudos e pesquisas sobre o povo preto por meio das memórias nem sempre suaves e agradáveis.

### **Sobre a história não contada: protagonismos e resistências**

Sobre o pensamento de Audre Lorde (2019), não há hierarquia de opressões: o sofrimento provocado pela articulação de racismo e sexismo não é maior ou menor naquele ou naquela. É sofrimento que alcança e dói de maneira diferente, mas, que não permite hierarquizar. A dor machuca, silencia, adoce e mata.

Não existem hierarquias quando se trata de se sentir os efeitos das ausências, do imobilismo que leva a subalternização, na conformidade com a existência por falta de tecnologia que alimente a resistência. Desta maneira, mulheres pretas têm vivido a margem e continuam ocupando os últimos lugares em quaisquer estatísticas que se faça para mapear

ocupação de espaço de poder e os primeiros lugares na subalternidade.

Por esse motivo, neste estudo a escolha foi analisar as narrativas de meninas e mulheres pretas sempre tendo de se lutar para resistir: invisibilizadas, apequenadas, silenciadas e subalternizadas seguem em meio as vulnerabilidades “empurrando” suas comunidades para frente. Não são padrão e nem universal. São humanas.

Aquelas entre nós que estão fora do círculo do que a sociedade julga como mulheres aceitáveis, aquelas de nós forjadas nos cadinhos da diferença – aquelas de nós que são pobres, que são lésbicas, que são negras, que são mais velhas, sabem que a sobrevivência não é uma habilidade acadêmica. É aprender a estar só, a ser impopular e até hostilizada, e a unir forças com outras que também se identifiquem como estando de fora das estruturas vigentes para definir e buscar um mundo em que todas possamos florescer. Pois as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas, nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica. (LORDE, 2019.p.137)

As meninas pretas, em grande medida, carregam desde muito cedo a responsabilidade que a intersecção raça, gênero e classe social lhes facultam sobre os ombros: para essas meninas ser criança e sonhar com um futuro escolhido é um luxo a que não podem se permitir. Precisam ficar menores para caber nos espaços destinados na escola, nas relações afetivas e profissionais, na resistência para sobrevivência. Afeto não parece estar entre a maior de suas preocupações. Na contemporaneidade, se alimentar e a sua família parece tomar todo o tempo e energia.

Grande parte da história ocidental europeia nos condiciona a ver as diferenças humanas como oposições simplistas: dominante/subordinado, bom/mau, em cima/embaixo, superior/inferior. Em uma sociedade em que o bom é definido em relação ao lucro, e não as necessidades humanas, deve sempre existir um grupo de pessoas que mediante a opressão sistemática, pode ser levado a se sentir dispensável, ocupando o lugar do inferior desumanizado. Nessa sociedade, esse grupo de pessoas é formado por pessoas negras e do Terceiro Mundo, pela classe trabalhadora, pelos idosos e pelas mulheres. (LORDE, 2019, p.141)

Afirmamos que essa Academia é branca, masculina e elitizada: os temas financiados pelos órgãos de fomento ou, mesmo pela iniciativa privada, não são temas a que se dedicam as mulheres indígenas, negras, ribeirinhas e quilombolas: estas cientistas pesquisam a partir de seu “lugar de fala”. Pesquisam para buscar abrir caminhos para que outras e outros, vindos dos mesmos espaços, possam encontrar sinaleiros indicando possibilidades. Suas pesquisas parecem não interessar porque apresentam o lugar de fala dos oprimidos de todos os tempos, seus saberes, sua cultura, seu olhar sobre espaços “sacros” do conhecimento.

O racismo estrutural é outro grande tema, que por causar desconforto, pouco ou nada se faz presente nas discussões acadêmicas: o que se ouve entre as mulheres negras que conseguem estourar os cadeados que as separam do “olimpico” eurocêntrico, velho e masculino ambiente acadêmico não lhes garante lugar e tempo de fala. As narrativas das pesquisadoras pretas são de uma invisibilidade institucional injusta: ter acesso as boas instituições, falar mais de um idioma, compartilhar pesquisa com interlocutores externos e ter passado por sucessivos

testes não garantem linearidade na conquista e assunção no reconhecimento acadêmico.

A dolorosa herança da exclusão por conta da descendência ancestral das pessoas escravizadas (e “libertadas” sem terras, sem escolarização, sem dinheiro, sem casa, sem nada) é machucado exposto sem curativo. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. Sem políticas públicas e cuidados que garantissem as nossas tataravós condições dignas de sobreviver. E, como se manifesta hoje? Por meio da desigualdade social e marginalização.

As mulheres pretas acadêmicas ainda sofrem por esta falta de reparação: não raro, são as únicas em salas de cursos de idioma, são únicas nas salas de aula das instituições renomadas de ensino superior, são as únicas nos cursos de mestrados e doutorados. São olhadas com misto de estranhamento, desejo de distanciamento e objetificação.

As máximas se manifestam por meio de toques não autorizados no cabelo, interrupção de suas narrativas pretas que causam desconforto em professores brancos, dificuldade em ter seus temas validados, falta de representatividade e de outros e outras nos mesmos espaços e até dificuldade de construir relações afetivas.

O racismo estrutural, tão presente na cultura brasileira, naturalizado em pequenas doses no dia e dia e mascarado sobre a égide da falsa democracia e boa convivência entre raças (tenho um amigo preto, minha babá é negra, tive uma amiga no inglês com o cabelo igual ao seu) continua fazendo como suas maiores vítimas as meninas pretas.

Sendo a estética, as narrativas, os cotidianos de meninas pretas desconsiderados e apequenados, faz com que se envergonhem de ser quem são e desistam de avançar. Em outras palavras,

que se conformem com o destino possível e não escolhido.

Por qualquer ângulo analisado, a situação não é melhor e nem mais alvissareira: de acordo com a Agência Brasil (2014) a mulher preta estuda e trabalha cada vez mais, mas em alguns espaços geográficos chega a ganhar 60% da remuneração de um homem branco. Na pirâmide de salários, em primeiro lugar vêm homens brancos, mulheres brancas, homens pretos e, por último, mulheres pretas, segundo dados contidos na Plataforma Inlua, organizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2022). Os números disponibilizados pela ANCINE/Agência Nacional de Cinema (2018), mostram que entre as 219 produções audiovisuais de maior bilheteria realizadas entre 1995/2016 no país, em nenhuma há mulheres pretas na direção ou roteiro. Nenhuma protagonista. Nossas histórias não merecem ser contadas?

Mas, os dados desfavoráveis não param de emergir segundo o artigo produzido pela Professora Elaine Nascimento e pelo pesquisador Filipe Augusto de Freitas (2017): sessenta e três por cento dos óbitos por complicações na gravidez são de mulheres pretas. Não há nenhuma pesquisa em curso para coletar dados sobre os motivos pelos quais acontecem e quais as medidas são necessárias para estancar este genocídio. Há mais mulheres pretas vítimas de violência doméstica e feminicídio. Mulheres pretas seguem resistindo por teimosia e necessidade.

Em levantamento realizado pela revista Bula em 1999, entre as dez mulheres mais lidas na literatura nacional, em qualquer gênero, não há uma única mulher preta. Academia Brasileira de Letras, por exemplo, nunca teve uma mulher preta entre seus imortais e recentemente cometeu a desfaçatez de escancarar seu racismo elegendo uma atriz branca e sem produção vultuosa literária pelo privilégio

branco de existir sem ser incomodada. Entre os dez romances/ escritores mais importantes do Século XX no Brasil, só havia uma única mulher, branca e representante das grandes oligarquias que renderam a elite financeira senhores de engenho em primeira geração, advogados na segunda, políticos na terceira e intelectuais libertários, em mutação genética provavelmente: Clarice Lispector e seu romance de ruptura com o estabelecido na década de 1950, A Paixão segundo G.H.

Enquanto isso, Conceição Evaristo segue incensada do lado de fora da fronteira e recém-descoberta aqui no Brasil pela geração que chegou na Universidade pelos Programas de Ação Afirmativas (cotas) levando para o branco espaço a estética, a música, a comunicação e a cultura periférica. Aqui e ali já se veem referências decoloniais insurgente a desafiar ao estabelecido e pautar um novo olhar sobre as ciências: Lélia Gonzales escreveu ser a pobreza no Brasil com cor e território, Beatriz Nascimento escreveu que o quilombismo é estratégia de resistência e inclusão, Abdias Nascimento que se fez “cavalo” para manifestar a voz e as dores das mulheres pretas sem representatividade em 1986 em um congresso para discutir mulheridades e feminismo. Quais mulheridades e que feminismo? Sueli Carneiro escreveu que entre a esquerda que não nos convida a participar dos diálogos de construção de novas perspectivas e a direita que nega a nossa existência (raça seria um conceito criado para promover a separação, divisão. Somos todos e todas brasileiras. Só que não) continuamos pretas e sem acesso a espaços de poder porque devemos garantir a sobrevivência. A nossa própria e dos nossos afetos.

Então, a presença de uma ou duas negras em espaços onde a branquitude é majoritária, talvez, sirva para justificar

discursos de uma mitológica “meritocracia”, aplacar consciências e dar visibilidade. Mas, visibilidade é muito diferente de representatividade: visibilidade é estar presente. Representatividade é estar presente e ter voz e vez. Para chegar à representatividade o aquilombamento e o afeto parecem ser indispensáveis e indissociáveis.

### **Considerações sobre um debate que não deve se encerrar**

O matriarcado africano, sinônimo de fortaleza e resistência para a família, e a partir da família para o coletivo, em franca oposição ao patriarcado europeu que priorizava o fortalecimento da hegemonia masculina, é a minha referência primeira para concretizar uma proposta de feminismo preto.

O destino escolhido precisa pautar os sonhos da juventude periférica, preta e pobre herdeira do descaso e do racismo institucional desde o período de escravidão. Tem lhes sido negado há mais de quinhentos anos o direito a alteridade, ao conhecimento de sua história, de professar sua fé e viver sua cultura. Aliás, tem lhes sido o direito de viver a cidadania plena pela negação ao conhecimento escolar de fato.

Reafirmamos a convicção de que o conhecimento produzido nas periferias das cidades por mulheres que se recusam a se resignar tem sido, em grande medida, o grande foco de resistência a invisibilidade e descaso do Estado brasileiro. A cada vez que surge um ponto de injustiça, uma jovem tem seus sonhos interrompidos pelo racismo ou um jovem preto “tomba” pelas balas perdidas que só encontram os corpos pobres e pretos, estas mulheres se levantam, crescem e lutam. A mim parecem sempre prontas ao bom combate. Não vencem sempre. Mas, isto não as impedem de lutar.

Ser cientista é uma formação de muito tempo e dinheiro. Mulheres pretas em grande medida não possuem nenhum dos dois para se dedicar a produção científica. Articulada a uma educação básica deficitária, como quase sempre o é nas periferias, com falta de professoras de disciplinas essenciais e currículos que apequenam as ciências, as artes e a literatura, negando acesso a uma leitura ampliada de mundo faz com que meninas pretas sejam preparadas para se conformarem em não serem protagonistas nem da própria vida. A Educação brasileira tal e qual se apresenta é direcionada para que as/os mesmos sujeitos continuam determinando o que vai ou não ser validado pela academia.

Porém, existem pesquisadoras e orientandos que vêm desafiando ao estabelecido e transgredindo por meio do aquilombamento para potencializar recursos e afeto para fortalecer a luta. Não temem mais a altivez, reafirmam a alteridade, honram a ancestralidade e quebram paradigmas por meio da transgressão e do pretogues para dizer todos os nomes e modos com que o racismo opera. Ao transgredir, deixam de ser visíveis para serem representativos.

Então, espera-se que a afetividade seja de fato uma das estratégias para estourar cadeados que nos deixaram durante muito tempo de fora dos espaços de poder e alimente a transgressão que vai estabelecer novas narrativas para versões que desmistifiquem a história única, coloquem em xeque conhecimentos que só servem aos mesmos sujeitos como em uma capitania hereditária e sejam focos de resistência para ocupação de espaços para ser transmutado em representatividade.

Ponto e pronto.

### **Referências**

BONFIM, Vânia Maria da Silva. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases

históricas. IN: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **AFROCENTRICIDADE. Uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, 2009.

CAETANO, Márcio.; LIMA, Carlos Henrique Lucas.; CASTRO, Amanda Motta. Diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 16, n. 3, p. 5-16 jul./set. 2019. Disponível em: <https://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3179>

CAETANO, Márcio Rodrigo Vale.; TEIXEIRA, Tarciso Manfrenatti de Souza.; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. **Bichas Pretas E Negões: Seus Fazeres Curriculares Em Escolas Das Periferias.** Revista Teias, v. 20, n. 59, out. /dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/44438>

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Pólen, 2019.

CÉSAIRE, Aimée. **Discurso sobre o colonialismo.** São Paulo: Veneta, 2020. 136 p.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016GIL

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e Ações Afirmativas.** São Paulo: Selo Negro, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** / Org.: Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras.** Rosa dos Tempos, 2019.

\_\_\_\_\_. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2017.

\_\_\_\_\_. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas.** Tradução: Stephanie Birges. São Paulo: Elefante, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidiano.** Tradução de Jess Oliveira. 1ª edição. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider. Ensaios e conferências.** Tradução Stephanie Borges. 1.ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SOARES, Filipe Augusto de Freitas et al. **Óbito materno, causalidade e estratégias de vigilância: uma revisão integrativa.** 2017.

#### Internet

Brasil. Portal Mec. Números de pós-graduando cresce no Brasil. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2583-sp-2021081601>. Acesso em 16 de novembro de 2022.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/05-anuario-2022-letalidade-policial-cai-mas-mortalidade-de-negros-se-acentua-em-2021.pdf> Disponível em <https://forumseguranca.org.br/ano/2021>. Acesso em 01/12/2022.

Plataforma Inclua. Avaliação de Riscos de Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas. Disponível em <https://inclua.ipea.gov.br/arquivos/guias/9587-guia-inclua-vf-28mar22.pdf>. Acesso em 01/12/2022.

Portal Agência Brasil. Renda dos negros cresce, mas, não chega a 60% dos brancos. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-01/renda-dos-negros-cresce-mais-que-media-mas-nao-chega-60-da-dos-brancos>

Portal Agência Brasil. Nenhuma Mulher Negra produziu ou dirigiu produções cinematográficas em 2018. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2018-01/ancine-diz-que-nenhuma-mulher-negra-produziu-ou-dirigiu-filmes-nacionais-em>. Acesso em 10/12/2022.

Revista Bula. 10 livros escritos por mulheres que todos deveriam ler. Disponível em [www.revistabula.com/9352-10-livros-escritos-por-mulheres-que-todos-deveriam-ler/](http://www.revistabula.com/9352-10-livros-escritos-por-mulheres-que-todos-deveriam-ler/). Acesso em 18/12/2022.

Revista Bula. Os 10 livros mais importantes da literatura brasileira. Disponível em <https://www.revistabula.com/3944-10-romances-mais-importantes-da-literatura-brasileira/>. Acesso em 18/12/2022.

Recebido em 2022-11-23  
Publicado em 2023-01-01